REVISTA REDAÇÃO	18
PROFESSOR: Lucas Rocha	
DISCIPLINA: Redação	DATA: 26/05/2013

Você sabe o que você come? (LAURA DAUDÉN)

Leite adulterado, carne sem origem, suco estragado: o crescimento de problemas de saúde relacionados à ingestão de alimentos contaminados coloca em xeque a eficiência da fiscalização e mina a credibilidade da indústria de alimentos

Ainda surgiam notícias sobre o andamento da Operação Leite Compensado, que identificou no Rio Grande do Sul um esquema de adulteração de leite cru com ureia, quando uma nova denúncia desabou sobre o setor. Em Goiás, foi descoberta uma quadrilha que furtava cooperativas e adicionava uma mistura de água, sal e açúcar ao leite – que era vendido, na última etapa do esquema, a laticínios ilegais. No caso gaúcho, 12 pessoas foram indiciadas pelo Ministério Público, mais de 300 mil litros de leite foram apreendidos e três marcas (Italaq, Líder e Mumu) tiveram de tirar seus produtos do mercado por conterem formaldeído, uma substância cancerígena presente na ureia. Em Goiás, sete pessoas foram presas. Os crimes são distantes e diferentes em tamanho e método, mas expõem uma realidade única em todo o Brasil: as brechas do sistema de fiscalização de alimentos. "As pessoas estão desacreditadas não só com a cadeia do leite, mas também com o setor de alimentos do País. Passamos por uma crise de credibilidade", afirma Paulo Fernando Machado, coordenador da Clínica do Leite da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (USP). "Se eu fosse um tomador de leite na França e visse uma notícia como essa, não beberia mais leite do Brasil." Esse, e outros casos que surgiram nas últimas semanas, mostrando os perigos a que os consumidores brasileiros estão expostos quando se sentam à mesa, remetem à pergunta: afinal, os alimentos consumidos no País são seguros?

CORRENTE Adriana Gonçalves encontrou bolor no suco servido à família, exigiu reparação da empresa e postou a denúncia no Facebook

Na família da fotógrafa mineira Adriana Gonçalves, 42 anos, a pergunta ainda deixa um gosto amargo. No início de maio, eles compraram um suco da marca Del Valle sabor goiaba e o consumiram no dia seguinte, dentro do prazo de validade. Foram salvos de uma experiência mais traumática pelo hábito de nunca tomar nada direto da embalagem. "Quando meu marido serviu a bebida para os meus filhos, saiu uma coisa branca. Se as crianças estivessem sozinhas, com certeza teriam ingerido." Adriana coou o conteúdo da caixa e entrou imediatamente em contato com o

Serviço de Atendimento ao Consumidor da Coca-Cola Brasil, dona da Leão Alimentos, que produziu o lote do suco. "Os problemas acontecem, mas a empresa tem a obrigação de informar o consumidor sobre os riscos e assumir a responsabilidade pelas falhas", diz Adriana. Por meio de nota, a fabricante informou que o caso é "pontual e isolado" e aparenta ser fruto da "formação de bolor causada por perda de vedação da embalagem, provavelmente por impacto durante o transporte ou armazenamento". Em sua busca de mais respostas e, sobretudo, de uma mudança de conduta por parte da marca, Adriana postou uma foto do suco contaminado no Facebook. Até o fechamento desta edição, a denúncia já havia sido compartilhada mais de 300 mil vezes.

FRAUDE Transportadores e produtores gaúchos utilizavam água e ureia para aumentar o volume do leite repassado à indústria

TRAUMA José da Silva (à dir.) passou a noite no hospital depois de beber um copo de AdeS. Seu filho Luciano (à esq.) o ajuda na busca por reparação

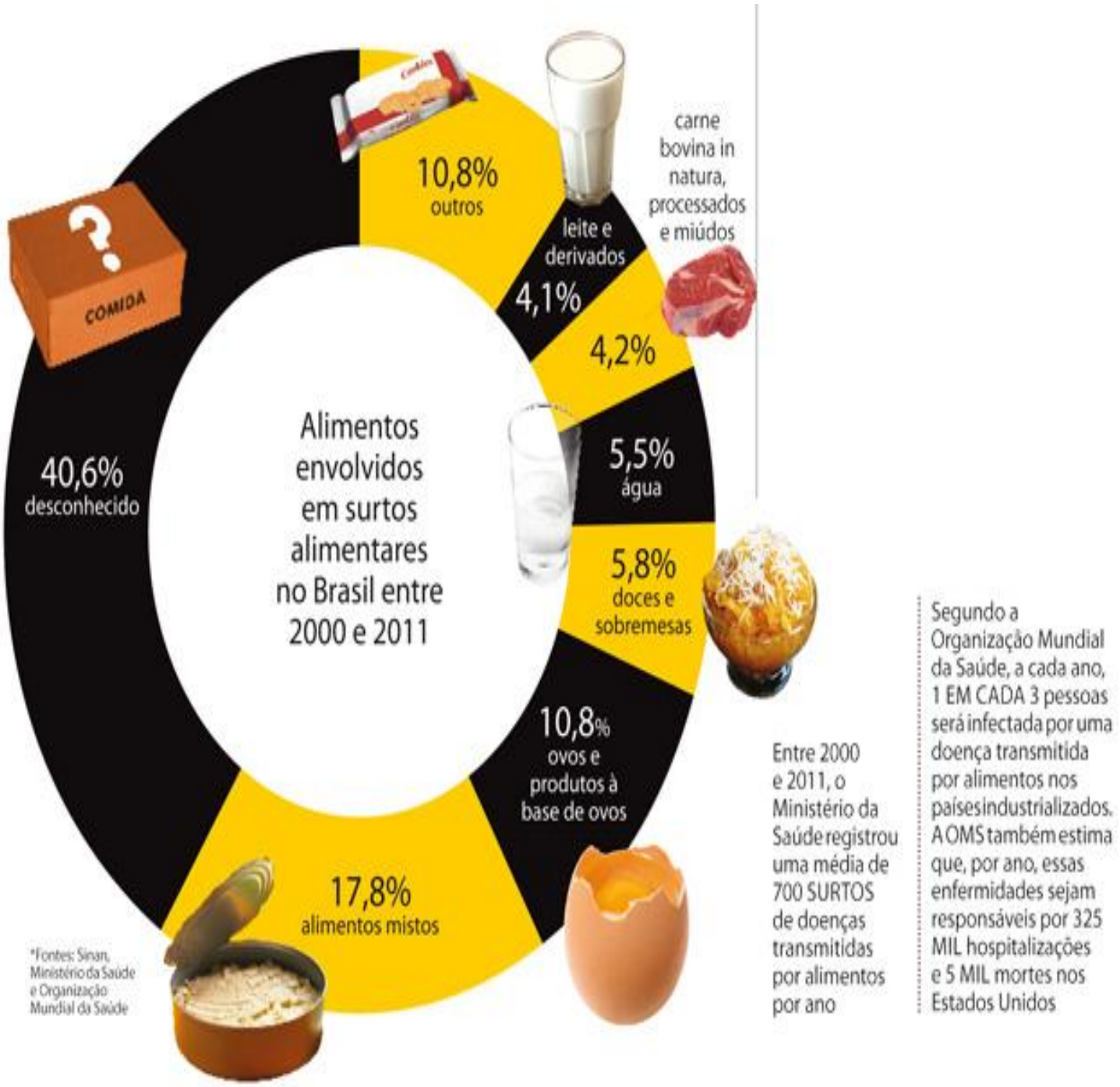
CONFUSÃO Uma das causas da falha na fiscalização é a divisão das inspeções entre as esferas federal, estadual e municipal

"A distribuição global de alimentos e a complexidade da cadeia produtiva propiciaram um aumento na ocorrência de eventos e emergências relacionados à inocuidade de alimentos", afirmou à ISTOÉ, em nota, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). "A participação dos consumidores por meio de denúncias e reclamações também vem crescendo." O problema apontado pela agência se verifica em diversas cadeias produtivas. No caso dos produtos de origem animal, por exemplo, há uma evidente falta de pessoal para dar conta do trabalho de fiscalização. Segundo Wilson Roberto de Sá, presidente do Sindicato dos Fiscais Federais Agropecuários (ANFFA), são apenas 3.307 profissionais para todo o País. "O sistema está fragilizado e, sem dúvida, estamos correndo riscos porque o produto que chega à mesa pode não ter passado pelos processos de fiscalização", afirma. Outras organizações vão além e denunciam a falibilidade da estrutura de inspeção. "No caso do alimento, a pior coisa que pode acontecer é segmentar, porque ninguém carrega responsabilidade de nada", diz

Roberto Smeraldi, presidente da ONG Amigos da Terra, que vem denunciando falhas graves na cadeia produtiva da carne. "O que você tem de fazer é exatamente o contrário: rastrear e unificar o receituário em todas as fases da cadeia, de maneira que aquele boi tenha nome, sobrenome e apelido." Smeraldi dirige sua crítica à divisão das inspeções de produtos de origem animal entre as esferas federal, estadual e municipal, o que permite que um produto recusado por estabelecimentos de uma rede seja aceito em outras por conta da diferença de critérios e, também, do rigor na fiscalização. "O Ministério da Agricultura nem sequer olha para um terço da carne que chega à mesa dos brasileiros", diz. Segundo o relatório "Radiografia da Carne no Brasil", publicado pela organização no início de 2013, 80% dos abatedouros que não estão sob controle do ministério apresentam irregularidades.

O sistema tripartido foi criado em 1989 pela Lei 7889, mas há um decreto de 2006 regulamentando a aplicação da legislação e instituindo o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa). O projeto, no entanto, apenas começa a ser implantado pelo Ministério da Agricultura – a quem compete a fiscalização de todos os produtos de origem animal e vegetal vendidos in natura, além das bebidas alcoólicas e não alcoólicas. No caso dos produtos de origem animal, essa central unificada foi chamada de Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi), mas apenas cinco Estados já fazem parte do programa. Outros 16 estão em processo de cadastramento.

A fragmentação também acontece na divisão de responsabilidades entre o Ministério da Agricultura e a Anvisa. Para Carlos Thadeu Oliveira, gerente técnico do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), "não parece haver simbiose entre os órgãos de vigilância. A Anvisa e as vigilâncias sanitárias locais não conversam com a Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do Ministério e menos ainda com os serviços estaduais de inspeção". Essa falta de centralidade nos processos relacionados à segurança dos alimentos produz casos como o da autorização, por parte do Mapa, de um agrotóxico vetado por técnicos da agência em 2007 – a decisão foi reiterada pelo comitê de assessoramento técnico criado para avaliar a infestação de lagartas em lavouras de algodão e soja na Bahia, em março deste ano. O benzoato de emamectina é considerado tóxico para o sistema neurológico. Segundo a Anvisa, o uso de agrotóxicos não autorizados é responsável pela maior parte das irregularidades encontradas nos alimentos de origem vegetal consumidos no Brasil. De acordo com o último relatório do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, da agência, 30% dos produtos estão fora dos parâmetros.



Essa situação não afeta apenas os consumidores, mas também os produtores e a indústria, que se vê cada vez mais pressionada a aprimorar seus mecanismos de autocontrole – o que exige mais investimentos e compromissos do setor privado. "A indústria é quem coloca a marca no produto e, portanto, é responsável", diz Paulo Fernando Machado. "Agora, para detectar essa fraude de adição de ureia no leite, como aconteceu no Rio Grande do Sul, ela precisaria ter capacidade de fazer uma análise específica. O procedimento é fácil e rápido, desde que você tenha o equipamento necessário, mas ele é caro." Nilson Muniz, diretor-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Leite Longa Vida (ABLV), afirma que "a indústria aplica todas as análises previstas na legislação e é a maior interessada em receber a melhor matéria-prima". Ele também ressalta que o teste para detectar o fomaldeído não fazia parte do conjunto de medidas obrigatórias, já que esse tipo de adulteração não era registrado há mais de 20 anos (a análise voltou a ser exigida em fevereiro de 2013, justamente por causa do crime).

Segundo Ênio Marques, da SDA, fazer com que as empresas assumam a tarefa de garantir a qualidade de seu próprio produto é uma tendência dentro do Ministério da Agricultura. Ari Crispin, coordenador de Programas Especiais do Mapa, afirma que isso não significa o afastamento do poder público. "Trata-se de um aprimoramento do sistema. Nós

estabelecemos os limites e avaliamos o comprometimento do empresário com essas metas", afirma. Outra figura que precisará entrar na receita do ministério é o produtor, que muitas vezes representa a ponta fraca do sistema. Carlos Thadeu de Oliveira, do Idec, ilustra a situação. "Por ocasião de um teste que fizemos com 25 marcas de queijo minas frescal, recebemos vários produtores pequenos. O que vimos é que eles não são orientados corretamente sobre como fazer o controle, são ameaçados, tratados como cachorros pelos fiscais", diz. Das 25 amostras coletadas, cinco estavam contaminadas com coliformes fecais – todas faziam parte do Sistema de Inspeção Federal.

BARREIRAS
Notificações aos alimentos brasileiros mostram que a falta de segurança também impacta a posição do País no comércio exterior. Atualmente, nossa carne sofre embargo total ou parcial em nove países

Esse emaranhado de agentes e responsabilidades já passa fatura ao setor exportador, cada vez mais cercado por barreiras sanitárias – ainda que a origem de muitas delas esteja ligada a interesses políticos e econômicos de parceiros comerciais do Brasil. Em 2011, o País recebeu 95 notificações do sistema de vigilância sanitária da União Europeia, o Rapid Alert System, o que o coloca na 12ª posição na lista de países mais notificados pelo bloco. Em 2009, foram 84 alertas e, em 2010, 110. Atualmente, nove países seguem com embargos à carne brasileira, por conta de um episódio de encefalopatia espongiforme bovina (doença conhecida como "Vaca Louca"), no Paraná.

Fique atento

Cuidados básicos na hora de fazer compras e comer fora de casa

Do ponto de vista da saúde, não faltam motivos para cultivar a prevenção. Entre 2008 e 2012, houve um aumento de 226% nos casos de intoxicações provocadas por alimentos (leia quadro), conforme dados do Ministério da Saúde. Nutricionista e técnica da associação de consumidores Proteste, Manuela Dias diz que "os problemas ocasionados por alimentos contaminados por bactérias podem variar de uma dor de barriga leve até a morte". Ela também ressalta que o período de incubação da doença dura de horas até dias – o que dificulta a identificação do produto contaminado. "No Brasil, o problema é completamente subnotificado. Só acontece quando é um surto e acomete muitas pessoas." Apenas um recall de produto alimentício foi feito no Brasil em 2012. Nos Estados Unidos, no mesmo período, foram 80.

Um dos afetados pelo problema foi o aposentado José Barbosa da Silva, 63 anos. Ele foi parar no hospital com uma infecção estomacal depois de consumir uma bebida de soja da marca AdeS em março deste ano, na mesma época em que a empresa anunciou a contaminação de um lote do produto por soda cáustica. "Ele tem o estômago sensível e, por isso, temos muito cuidado com tudo o que toma", diz Luciano Barbosa da Silva, filho de José. "Naquela noite, ele comeu algo muito leve e isso fez com que a gente descartasse, em um primeiro momento, a possibilidade de intoxicação alimentar." Justamente por isso, a família não guardou a caixa e o registro do lote do produto consumido pelo aposentado, o que dificultou a busca por reparação. "Nós chegamos a acionar dois advogados, mas nenhum quis levar o caso adiante, por se tratar de um embate com uma empresa muito grande."

Judi Nóbrega, diretora do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Mapa, explica que é muito importante que a informação sobre esses casos chegue aos canais formais de denúncia – Vigilância Sanitária e Ministério da Agricultura –, com dados que permitam às autoridades identificar a empresa implicada e o lote do produto. "A partir daí, podemos fazer uma fiscalização para verificar a procedência da denúncia e as condições dos estabelecimentos. Além disso, a ouvidoria do ministério gera relatórios que possibilitam programar inspeções direcionadas." Mesmo recorrendo aos canais disponíveis e recebendo as compensações devidas – como a troca do produto ou a devolução do dinheiro –, os consumidores se sentem cada vez mais distantes da produção do alimento e, assim, bastante vulneráveis. "Você fica traumatizado porque poderia ter acontecido o pior", diz Luciano Silva. "A gente está falando de uma grande indústria, mas imagine as pequenas. O governo precisa nos proteger."

DESCASO Apenas um recall de produto alimentício foi feito no Brasil em 2012. Nos Estados Unidos, no mesmo período, foram 80

No supermercado

1. Não compre produtos com embalagens danificadas. Isso inclui sacolas estufadas, latas enferrujadas e vidros quebrados. Limpe as embalagens antes do consumo
2. Faça suas compras em estabelecimentos limpos, organizados e confiáveis, que apresentem condições mínimas para a exposição, o armazenamento e a conservação dos alimentos
3. Os funcionários devem estar vestidos de maneira adequada. Os que manipulam alimentos devem usar touca e o uniforme precisa estar limpo e bem conservado
4. As prateleiras precisam estar limpas e organizadas. Não compre produtos que estejam empilhados no chão
5. Confira o termômetro dos refrigeradores. Eles devem estar de acordo com a temperatura recomendada pelos fabricantes dos itens resfriados. O acúmulo de água no chão, nas bandejas ou nas embalagens indica que os produtos não foram conservados na temperatura correta
6. Verifique os prazos de validade
7. Não compre produtos de origem animal que não possuam selo do serviço de inspeção federal, estadual ou municipal

*Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura

No restaurante

1. Verifique o asseio dos funcionários
2. As mesas, o piso, os balcões, as bandejas e os talheres devem estar sempre limpos
3. Observe se os banheiros não se comunicam diretamente com a área de preparo e armazenamento dos alimentos
4. No caso de restaurantes self-service, veja se a temperatura das estufas, buffets e geladeiras está regulada corretamente. Segundo a Anvisa, os alimentos quentes devem permanecer acima de 60°C e os alimentos frios, abaixo de 5°C
5. Os buffets devem ser projetados para que os clientes não contaminem os alimentos enquanto se servem
6. Não consuma alimentos que ficaram expostos por muito tempo
7. Os funcionários que manipulam dinheiro não devem tocar nos alimentos

Em caso de contaminação

1. Guarde sempre as sobras do alimento ou bebida com problemas. Não jogue a embalagem fora – ela pode ser usada para identificar os motivos e a extensão da contaminação
2. Ligue para o Serviço de Atendimento ao Consumidor da empresa responsável e forneça todas as informações necessárias sobre o lote com problemas
3. A empresa tem a obrigação de trocar o produto danificado ou reembolsar o cliente
4. Se a resposta do SAC for insuficiente, entre em contato com a ouvidoria do Ministério da Agricultura e com a vigilância sanitária mais próxima
5. Se achar necessário, você também pode acionar o Ministério Público
6. Se o consumo de algum alimento contaminado ocasionar um problema de saúde, o fabricante tem a obrigação de cobrir as despesas médicas ou qualquer dano moral que o consumidor venha a sofrer

LAURA DAUDÉN é Jornalista e escrev para esta publicação. Foto: Bernardo Salce / Agencia i7. Foto: Orestes Locatel. Foto: Felipe Rosa / AGP. Fontes: Sinan, Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde. Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura. **Revista ISTO É, Maio de 2013**.

O método da raposa (LUIZ FELIPE PONDÉ)

PARA QUE servem os cientistas políticos? Para muita coisa talvez, mas não para prever fatos que deveriam ser da sua alçada, nos diz o artigo "Sobre Raposas e Porcos-Espinhos", de Nate Silver, na "Ilustríssima" de 12/5/2013. Neste terreno, pessoas menos obcecadas com sua própria "verdade" teriam mais sucesso.

O autor cita a derrocada da União Soviética como exemplo de fracasso dessa classe. Nenhum "especialista" foi capaz de prever o fim do "socialismo real". O texto aponta o risco de irrelevância da ciência política, pelo menos quando pautada por concepções de como o mundo deveria ser, ou, dito de outra forma, quando pautada por ideologias, praga comum no mundo acadêmico. Não se trata de dizer que cientistas políticos não servem para nada, mas de perceber, entre outras coisas, o problema que se esconde por detrás de tal fracasso. Logo voltarei a este problema.

O estranho termo que dá título ao artigo citado vem do ensaio de Isaiah Berlin "O Porco-Espinho e a Raposa", da coletânea "Pensadores Russos", entre nós publicado pela Cia. das Letras em 1988. O ensaio não visa falar da irrelevância dos cientistas políticos, mas sim dos diferentes modos como se constituem o pensamento e a vida de um grande autor. Ele mesmo, Berlin, podendo ser elencado entre as raposas. Shakespeare, Montaigne e Aristóteles seriam raposas (eu acrescentaria o grande crítico Carpeaux a este grupo), Freud, Hegel e Marx, porcos-espinhos, portanto, para Berlin, não se trata de reduzir estes à nulidade. Para o ensaísta britânico (judeu do Leste Europeu), raposas são flexíveis, não precisam de coerência ou unidade interna entre os elementos e teorias manipuladas pelo pensamento (ou vividas no dia a dia) porque não operam a partir de uma visão de mundo que supõe "um centro de sentido" do mundo.

O "sentido da realidade", título de um dos seus maiores ensaios, é a pluralidade desta, sem nenhuma unidade última descritível por uma teoria da realidade ou da história. Eu posso, por exemplo, concordar com a teoria da mercadoria de Adorno e ao mesmo tempo achar que ela não esgota o entendimento do mundo. O "método" da raposa é não ter método. O porco-espinho trabalha com a ideia de que ele descobriu o conjunto de teorias que explica o mundo (a "unidade do mundo" foi descoberta por ele), como o inconsciente de Freud, a dialética de Hegel ou o capital de Marx. Mas, voltando ao problema que leva ao fracasso do modo de agir do porco-espinho (este, segundo Nate Silver, é menos eficaz na análise do mundo, e eu concordo com Silver aqui), é que, como diz Berlin, "os professores simplesmente tendem a exagerar a importância de suas atividades pessoais, como se fossem a 'força' central que impele o mundo".

Portanto, não se trata de negar o valor de porcos-espinhos (como negar o inconsciente, a dialética ou o capital como formas válidas de pensar o mundo?), mas, sim, de revelar o risco quando professores se fazem oráculos da verdade do mundo a partir de sua sala de aula, negando tudo mais que contradiga suas teorias de mundo. O que Silver aponta é este vício na mídia e como ele fica ridículo quando especialistas recusam o mundo em favor de "seu mundinho ideológico". Outro livro essencial para pensarmos as causas da irrelevância das ciências humanas na lida com o mundo "que desencoraja especulações" (Gertrude Himmelfarb, historiadora americana) é "Envolvimento e Alienação", ed. Bertrand Brasil, 1998, do sociólogo Nobert Elias.

Neste livro, Elias opõe o envolvimento à alienação como modo de ação dos cientistas sociais e defende a alienação como sendo o mais eficaz, e dá uma razão para as ciências sociais não serem capazes de evitar um único massacre étnico. Claro, alienação, aqui, não é alienação marxista, mas o distanciamento que o cientista social deveria ter de suas preferências teóricas e "afetivas" quando investiga a realidade a sua volta. O envolvimento, seu contrário, infelizmente, é a atitude mais comum em minha casta intelectual: tornar-se oráculo de um "mundinho", aquele que eu tenho na minha cabeça.

LUIZ FELIPE PONDÉ, pernambucano, filósofo, escritor e ensaísta, doutor pela USP, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor da PUC-SP e da Faap. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Maio de 2013.**

Escolas congeladas (ROSELY SAYÃO)

RECEBI duas mensagens de professores que vão nos ajudar a pensar a respeito do que acontece com as escolas que os mais novos frequentam desde bem cedo. Dois profissionais de educação, distantes entre si em alguns aspectos e muito próximos em outros, vão nos conduzir em nossa conversa de hoje.

A primeira mensagem veio de um jovem professor, tanto de idade quanto de profissão. Formado há poucos anos, ele diz que tem muitas ideias diferentes para sua prática docente e as usa para melhor compreender os alunos que frequentam a escola hoje, mas que se sente muito desestimulado em seu trabalho. O problema é que os colegas não só não reconhecem o potencial contido nas novas formas de ensinar e de se relacionar com os alunos como também não aceitam mudar seu modo de pensar. Esse jovem professor está com medo. Medo de se transformar em um docente semelhante aos seus colegas e, dessa maneira, perder a paixão pelo ato de ensinar.

A outra carta veio de uma professora já aposentada. Ela contou que, durante os 25 anos em que esteve em sala de aula, trabalhou incansavelmente para que seus alunos entendessem que é preciso cuidar do espaço comum - a sala de aula e os demais ambientes escolares - porque é o território de todos. Além disso, dedicou grande parte de seu tempo para ensinar a boa convivência. Ela afirmou ter conseguido bons resultados com os alunos. Mas, contou, por mais que tentasse influenciar seus colegas, nunca alcançava êxito com eles. E ela se cansou tanto que adoeceu.

Dois depoimentos bem semelhantes de dois professores diferentes apontam para uma questão que parece estar invisível há muito tempo: o congelamento da escola. E essa situação tem uma relação íntima com quem não é professor, mas tem filhos na escola, em qualquer nível, e também com quem nem sequer tem filhos. Temos lido muitas notícias a respeito da educação. É impossível ignorar o que vem sendo insistentemente dito: uma característica importante para se estimular nos alunos é a criatividade do pensamento e da ação.

A aprendizagem ocorre de modo mais consistente no coletivo e em ambiente colaborativo. O ensino da convivência pública e do papel do colega é fundamental - a formação da atitude do estudante determina em grande parte seu aprendizado. E os professores têm mais êxito em seu trabalho quando participam plenamente da equipe no espaço escolar. Criatividade, coleguismo, cidadania, trabalho em equipe? Certamente todas essas palavras estão presentes nos chamados projetos político-pedagógicos de todas as escolas. Mas, na prática, o que vemos é uma escola que todo dia faz tudo sempre igual, que ignora a participação verdadeira dos alunos, que desestimula a formação da equipe profissional.

Nossas escolas estão muito mais interessadas na competitividade, no planejamento do professor, mesmo que seja burocrático, na massificação, tanto dos docentes quanto dos alunos. E você sabe, caro leitor, por que ela permanece assim congelada? Porque nossa sociedade assim o quer. Não é verdade que valorizamos o espírito competitivo incentivado nas escolas? Que damos a maior importância aos rankings baseados em avaliações? Que apreciamos nomes imponentes de métodos pedagógicos praticados e que acreditamos que é frequentando escolas que agem dessa maneira que o futuro dos mais novos será melhor?

É assim que garantimos o congelamento da escola. E é assim, também, que vamos, aos poucos, apagando o brilho e a paixão de docentes (existem muitos deles que, como os professores citados, querem fazer diferente). Eles necessitam de muita coragem para não ceder à tentação de se acomodar no congelamento que a escola propõe e precisam de nossa ajuda. Vamos apoiá-los?

ROSELY SAYÃO, psicóloga e consultora em educação, fala sobre as principais dificuldades vividas pela família e pela escola no ato de educar e dialoga sobre o dia-a-dia dessa relação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Maio de 2013.**

Tratamentos e efeitos colaterais (CONTARDO CALLIGARIS)

1) No fim dos anos 60, pensávamos que, no fundo, o louco era um rebelde que sofria da repressão que lhe era imposta e das condições horrorosas da internação psiquiátrica. Mas o que tornou possível o progressivo fechamento dos manicômios não foi esse entusiasmo; foi a chegada de medicações mais eficientes, pelas quais o louco não precisava ser enclausurado, porque podia ser, não digo curado, mas controlado. Desde então, os remédios psicotrópicos (ou seja, que modificam o funcionamento da mente) fizeram progressos.

2) A descoberta de que o remédio podia substituir as paredes do asilo repercutiu e contribuiu a inaugurar uma era em que preferimos enxergar quase todos nossos mal-estares e fracassos como doenças, que um remédio pode curar. Em outras palavras, se os remédios eram formas possíveis de controle social, por que eles não seriam também meios possíveis de autocontrole?

3) A modernidade é sedenta de técnicas de controle de si (dietas, prescrições, treinos, meditações etc.). Há menos controle externo (religioso ou político) sobre nossa vida; aumenta a necessidade de controle que nós mesmos exerceríamos sobre nós. Nessa tarefa, a ajuda de drogas e remédios é bem-vinda -para controlar nossa vida cotidiana, conter a tristeza, as variações de humor, a ansiedade, a preocupação etc.

4) Tendemos a responsabilizar os laboratórios farmacêuticos por essa medicalização crescente da vida. Mas eles apenas se aproveitam de um pedido que é nosso: queremos remédios como formas de controle e poder sobre nós mesmos.

5) Vi o último filme de Soderbergh duas vezes, no último fim de semana. O título original é "Side Effects", efeitos colaterais. Foi traduzido como "Terapia de Risco". Tudo bem - contanto que se entenda que os efeitos colaterais e o risco são tanto para o terapeuta quanto para o paciente. Sim, o filme denuncia os laboratórios e suas práticas de propaganda. Sim, o filme lembra que a medicação não é nenhum tiro certeiro: sua administração é empírica (tipo: vamos ver o que acontece) e sua eficácia é modesta. Mas, sobretudo, o filme é uma perfeita narrativa da época do higienismo tardio, em que quase tudo é efeito da medicalização da vida. Confira.

6) Uma nota. Alguns psicoterapeutas e psicanalistas se opõem furiosamente à medicação de seus pacientes. Tudo bem, mas a medicalização é hoje uma cultura, um regime, um sistema de controlar e organizar a vida. Os remédios são apenas um dos meios da medicalização; é possível medicalizar a vida adotando práticas "saudáveis" ou frequentando um psicoterapeuta.

7) Nossos mal-estares cotidianos não têm marcadores específicos. Ou seja, não tenho como verificar (com uma análise de sangue, uma endoscopia ou um balanço hormonal) se e quanto alguém está deprimido. Devo me contentar com o que ele me diz. Eu me formei numa escola de psicanálise em que acreditávamos que fosse possível encontrar, na fala dos pacientes, marcadores clínicos tão seguros quanto o nível de uma proteína no sangue.

Em tese, apostávamos, deveríamos poder diagnosticar um tumor no cérebro sem exames de imagem, porque saberíamos, por exemplo, que tal esquecimento é diferente de um esquecimento histérico, de um começo de Alzheimer, de uma amnésia etc. Mas esse ideal não se realiza (ao menos, não plenamente). E um bom simulador pode vender qualquer

peixe a todos nós, psiquiatras, psicoterapeutas, psicanalistas etc. Ou seja, um sociopata de bom feitio faz gato e sapato não só da lei, da gente também.

8) Se lêssemos as bulas com atenção, não tomaríamos nunca remédio algum. Os laboratórios, para prevenir processos, enumeram qualquer catástrofe. No fim dos anos 1960, um amigo, J.H., perfeito exemplo de medicalização da vida, procurava seu equilíbrio numa mistura de anfetaminas e barbitúricos. Morreu afogado, de noite. A bula do Nembutal poderia dizer: cuidado, em combinação com simpamina, pode produzir a morte em quem vai surfar sozinho em Big Sur de madrugada. Na época da medicalização, a lista indefinida (se não infinita) dos efeitos colaterais vale também como lista também indefinida das desculpas. Matou o vizinho, mas não foi intencional; foi porque ele tomava sei lá qual antidepressivo.

9) Assista a "Terapia de Risco" e, na saída do cinema, responda: ao seu ver, o psiquiatra do filme conseguiu ou não cuidar de sua paciente?

CONTARDO CALLIGARIS, italiano, é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. Reflete sobre cultura, modernidade e as aventuras do espírito contemporâneo (patológicas e ordinárias). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Maio de 2013.**

Esteticamente correto (MÁRCIA TIBURI)

Sobre a função das Correções no mundo das aparências

A POBREZA da experiência cultural contemporânea agrega dois grupos pseudopolíticos: os "politicamente corretos", que Nietzsche, no século 19, chamaria de "sacerdotes da moral", e seus críticos, sempre autoelogiados como "politicamente incorretos", que seriam hoje "sacerdotes do imoral", servos daquela moral, só que sob o disfarce da inversão. O "sadismozinho" diário dos antipolíticos politicamente incorretos esconde o desejo de uma crueldade socialmente inviável. A maldadezinha do cotidiano faz mal às suas vítimas, mas é autorizada ao agente, desde que ele saiba manter as aparências de que tem toda a razão e não é tão mau assim.

A manutenção das aparências como verdadeira força que mantém as condições da dominação é o que chamaremos pela expressão "esteticamente correto". Enceguecidos pela cultura do espetáculo, não vemos justamente o "evidente". O velho parecendo novo, o mau parecendo bom, o sujo parecendo limpo, o feio parecendo belo. A correção estética é a expressão da racionalidade técnica da dominação. Exemplos abundam, dos modos de vestir às academias de ginástica.

O esteticamente correto foi bem apresentado, por exemplo, em um filme chamado *O homem ao lado* (Gastón Duprat e Mariano Cohn, 2009). Tal como na vida, o personagem principal do filme é um respeitado designer internacional que mora na única casa desenhada por Le Corbusier em todas as Américas. A casa é impecável e dentro dela se desenvolve uma vida moralmente bem comportada, o que se vê no modo como ele e a esposa tratam a faxineira com respeito atencioso. Dos móveis aos objetos domésticos, da roupa que vestem à música que ouvem, tudo está esteticamente correto. O designer tem uma vida tão correta que chega a ser professor universitário, o que vem coroar o personagem com a aura do intelectual que é também, digamos, "epistemologicamente correto".

Tudo se passa na mais simples normalidade, até que um vizinho bronco resolve abrir um buraco em uma parede contígua à casa para servir de janela. O caráter ilegal de seu ato se relaciona intimamente ao caráter "esteticamente incorreto" da ação. E dele mesmo. Este antagonista tem um "estilo" visual fora do padrão culto expresso também em seu senso de humor, em seu jeito de ser e falar. Os regimes de comportamento ético e estético de cada personagem expressam-se em tensão. O desenvolvimento da trama nos legará um desfecho estarrecedor, pois que esperamos de quem tem estilo que tenha uma prática que combine com ele. O filme mostra que julgamos pelas aparências e quase sempre nos enganamos redondamente, não porque as aparências enganem, mas porque não olhamos com cuidado.

Escravidão voluntária estética

Dizer que toda ética tem sua estética pode ser traduzido por "toda moral tem o seu gosto". O velho padrão do gosto sobrevive hoje, por exemplo, na ditadura do fashion, em que "fazer tipo" é a lei.

A beleza e o bom gosto definem o padrão do "esteticamente correto" enquanto medida a partir da qual tudo é relativo no mundo da aparência. E como a esfera da aparência é decisiva em uma sociedade espetacular, aquela em que as relações são mediadas por imagens, o poder se exerce ali silenciosamente definindo quem é bonito e quem não é. A ditadura da

beleza se impõe em nosso mundo sobre quem é constantemente reduzido a seu corpo, é o caso de mulheres de todas as idades. Por isso, o homem branco e rico, pode ser barrigudo, careca e velho (para brincar com um estereótipo).

Ninguém ousa taxá-lo de feio, pois sua feiura não está em jogo: ele está na origem da lei que rege o gosto como padrão onde encaixar os outros. A preferência por inserir-se no gosto em vez de questioná-lo explica a voluntária escravidão estética desses tempos. Política de verdade não é realmente algo que esteja em questão.

MÁRCIA TIBURI é filósofa, professora e escreve todos os meses para esta publicação. **Revista CULT, Maio de 2013.**

O Estado e a mulher que aborta (CRISTIANE SEGATTO)

Essa é a mais emocional das questões políticas e morais que o Brasil enfrenta. É possível chegar a um consenso?

EM 2007, o médico José Gomes Temporão assumiu o Ministério da Saúde com uma demonstração de audácia. Foi a primeira autoridade a defender publicamente um plebiscito sobre a legalização do aborto. Apostei que duraria pouco no cargo. Felizmente, perdi a aposta. Seria lamentável se, em pleno século XXI, um ministro fosse obrigado a deixar o posto por estimular a discussão em torno de uma das principais causas de mortalidade materna no país.

O ministro não perdeu o cargo, mas o assunto se perdeu. Bem ao estilo brasileiro, a verdade inconveniente, difícil, impopular foi evitada. Não era um tema agradável, principalmente quando uma eleição presidencial se aproximava. Azar das milhares de mulheres que, a cada ano, sofrem graves consequências ou morrem em decorrência de abortos clandestinos. Quase todas são pobres, sem acesso a clínicas confortáveis, anestesia, assepsia e outros cuidados médicos e psicológicos reservados às mulheres de classe média-alta que decidem abortar.

Nesta semana, o assunto voltou a ser notícia. O Ministério da Saúde discute a adoção de medidas para proteger a saúde das mulheres que abortam clandestinamente. A ideia é reproduzir no Brasil um modelo aplicado no Uruguai desde 2004. Em tese, funcionaria assim: se uma paciente chegar a uma unidade de saúde dizendo que pretende abortar, os médicos devem submetê-la a exames e explicar os riscos envolvidos num aborto clandestino. E também falar sobre a possibilidade de levar a gestação adiante e, ao final, entregar o bebê para adoção.

Caso a mulher esteja decidida a interromper a gravidez, o dever do médico seria perguntar como ela pretende abortar. E explicar que alguns métodos são altamente arriscados. É o caso, por exemplo, da introdução no útero de arame ou madeira por meio de uma sonda de borracha – um artifício tosco, mas bastante difundido nas periferias brasileiras. O instrumento é colocado no útero por enfermeiras ou pessoas sem nenhuma formação na área de saúde. A mulher é instruída a voltar para casa e retirá-lo depois de 24 horas. Quando começar a sangrar, deve procurar um hospital público dizendo que sofreu um aborto espontâneo. Muitas mulheres sofrem infecção, hemorragia, perdem o útero ou morrem. O Ministério da Saúde quer evitar que barbaridades como essa continuem acontecendo.

Outro ponto em discussão é o uso do misoprostol (Cytotec), remédio contra úlceras gástricas que, como efeito colateral, pode provocar sangramento e aborto. Ele é considerado o método abortivo mais usado no país. Apesar de ter venda restrita, é facilmente adquirido, de forma ilegal, pela internet. Se usado incorretamente, pode provocar hemorragia e levar à morte. Segundo a proposta em discussão, os médicos passariam a orientar as mulheres decididas a tomar o remédio. Explicariam como usá-lo e qual é a dose ideal, de forma a reduzir o risco de complicações. É possível que o governo crie uma cartilha para orientar os profissionais sobre o que fazer quando atendem uma paciente antes ou depois do aborto clandestino. Se o plano do Ministério da Saúde for levado adiante, o embate com os grupos religiosos no Congresso será inevitável. Virão à tona os mesmos argumentos usados quando o debate gira em torno da legalização do aborto. Quem é contra argumenta que todos têm direito à vida (não só a mulher) e que a vida começa no momento da concepção. Defende também que o governo invista em planejamento familiar em vez de acolher a mulher que pretende abortar. O outro lado sustenta que a liberdade de escolha da mulher é um direito inviolável. Afirma também que a vida só deve ser protegida pelo Estado a partir da formação do sistema neurológico do feto (por volta das 18 semanas). E, sobretudo, que o aborto é uma questão de saúde pública.

A cada ano, cerca de 220 mil mulheres procuram o SUS para fazer raspagens do revestimento uterino, um procedimento chamado de curetagem, necessário depois de abortos. O Ministério da Saúde gasta cerca de R$ 35 milhões por ano com a internação de mulheres que sofreram complicações por causa de abortos ilegais. É preciso olhar a realidade pela perspectiva dessas mulheres e dos profissionais de saúde que, todos os dias, são confrontados com as consequências da clandestinidade do aborto. Fingir que os danos sofridos por essas mulheres não existem é omissão de socorro. Algo incompatível com a função dos médicos e com o juramento que fizeram ao receber o diploma. Médico não é delegado. Médico não é juiz. Sua obrigação é reduzir o sofrimento da cidadã que o procura – e não prejulgá-la, escorraçá-la, abandoná-la.

O aborto é um fenômeno social que não vai deixar de existir apenas porque é proibido. Tal qual o uso de drogas. Do ponto de vista da saúde pública, cabe ao Estado encontrar formas de reduzir os danos sofridos por quem o pratica.

A discussão é urgente e mais que bem-vinda. Há argumentos respeitáveis de ambos os lados. Será que algum dia o debate poderá ocorrer em alto nível – sem as baixarias e as distorções habituais? Uma reflexão sobre o assunto foi feita pelos

médicos Aníbal Faúndes e José Barzelatto no livro O drama do aborto: em busca de um consenso (Editora Komedi). Reproduzo aqui um trecho:

As pessoas razoáveis têm diferentes crenças e pontos de vista acerca do que é certo e do que é errado. Dessa forma, aceitar a existência de um "pluralismo razoável" parece ser um requisito para as sociedades democráticas. Além disso, pessoas razoáveis, com diferentes visões gerais, podem identificar e expandir algumas ideias e valores comuns. Identificar esse consenso básico que orienta a vida em sociedade, não interfere na liberdade dos indivíduos nem é obstáculo para que cada grupo diferente de pessoas mantenha a sua própria visão de moralidade e guie suas ações pessoais por essa visão.

Um "consenso básico", entretanto, lhes permite aceitar que outras pessoas possam atuar diferentemente, dentro de limites razoáveis, seguindo sua própria visão global do que é certo e do que é errado.

Os autores propõe nove pontos para orientar o diálogo e levar a sociedade a um consenso. Um breve resumo:

1) O aborto inseguro é uma tragédia para a saúde pública. Uma tragédia que poderia ser evitada.

2) O respeito pelas pessoas é um princípio ético básico aceito pela maioria. É um dos fundamentos da democracia. Inclui a liberdade de crença religiosa e o respeito pelas diferentes crenças. As sociedades que pretendem definir um consenso prático sobre aborto devem incluir diferentes sistemas de valores e diferentes perspectivas religiosas, entendendo que nenhuma religião pode impor seus valores sobre aqueles que não professam essa fé.

3) As mulheres são seres humanos com os mesmos direitos que os homens, incluindo seu direito a decidir livre e responsavelmente acerca de sua sexualidade.

4) Educação em saúde sexual e reprodutiva sem preconceitos não leva a atividade sexual indiscriminada, mas promove uma conduta sexual mais responsável e reduz as gravidezes não desejadas e os abortos.

5) Acesso fácil a métodos contraceptivos efetivos, por meio de serviços de boa qualidade, não promove promiscuidade e é um dos meios mais eficazes de reduzir os abortos.

6) Não é raro que as mulheres provoquem um aborto por falta de apoio familiar e social. As sociedades devem desenvolver ações efetivas de apoio às mulheres grávidas que desejam realizar a função exclusivamente feminina de levar a gravidez até o termo permitindo a continuidade da espécie humana.

7) Fazer com que o aborto seja um crime, e penalizar a mulher que aborta não reduz o número de abortos, mas leva a um grande aumento do sofrimento humano e à morte, dando espaço a um mercado de abortos clandestinos e inseguros. As leis que tratam deste assunto devem obedecer a limites socialmente aceitáveis.

8) Quando uma mulher preenche as condições necessárias para obter um aborto de acordo com a lei de seu país, ela deve ter fácil acesso a serviços de aborto seguro.

9) A maior parte das mulheres tem gravidezes não desejadas e abortos provocados como resultado da incapacidade da sociedade de proteger seus direitos. O aborto é uma decisão tomada como última alternativa. A sociedade deve assegurar que as mulheres que sofrem complicações de aborto legal ou ilegal sejam tratadas com todo o respeito e recebam atendimento da mesma qualidade que qualquer outra pessoa que procure ajuda médica nos serviços de saúde.

Alguns desses raciocínios parecem óbvios. A realidade tem mostrado que, infelizmente, ainda não são.

CRISTIANE SEGATTO é Repórter especial, faz parte da equipe de ÉPOCA desde o lançamento da revista, em 1998. Escreve sobre medicina há 17 anos e ganhou mais de 10 prêmios nacionais e internacionais de jornalismo. **Revista ÉPOCA, Maio de 2013.**

A rainha má e o terror de envelhecer (ELIANE BRUM)

Neste conto de fadas para mulheres adultas, uma ruga vale uma alma

Branca de Neve e o Caçador (Rupert Sanders, 2012), em cartaz nos cinemas, deveria se chamar "Ravenna, a rainha má". Interpretada pela maravilhosa Charlize Theron, a mãe-madrasta-bruxa da princesa é o mais interessante do filme, assim como as questões tão atuais que ela nos traz. E a bela Charlize faz uma rainha inesquecível. Para não envelhecer, essa vilã dos contos de fadas ultrapassa todos os limites e quebra todos os interditos. Uma mulher da era a.CP (antes da cirurgia plástica), Ravenna suga a alma, a juventude e a beleza das adolescentes e devora corações puros, que arranca com suas unhas, enquanto chafurda na amargura.

O filme, para quem não sabe e não viu, busca resgatar o conteúdo terrorífico das origens dos contos de fadas. Tudo o que hoje se conhece com esse nome foi um dia histórias para adultos, nas quais canibalismo e incesto eram ingredientes garantidos. Mantidas vivas pela tradição oral dos camponeses medievais, as histórias eram contadas para entreter, mas não só. Os contos nasceram e permaneceram como uma forma de lidar com os riscos da vida real, num tempo em que os lobos uivavam no lado de fora e também no lado de dentro, menos contidos pela cultura do que hoje.

Depois, a partir do final do século 17, com Charles Perrault, culminando no século 19, com os Irmãos Grimm, os contos foram compilados, escritos e depurados como histórias para crianças. Nós, que nascemos no século XX, fomos alimentados por versões muito mais suaves e palatáveis a uma época sensível, em que os pequenos são vistos como o receptáculo tanto da inocência quanto do futuro. E, portanto, precisam ser protegidos dos males do mundo e de seus semelhantes, assim como convencidos de que sua "natureza" é boa e pura. Ainda que conheçamos, por experiência própria, que o pior também

nos habita desde muito, muito cedo. E seria melhor para todos – e também para a vida em sociedade – poder olhar para ele de frente. Branca de Neve registra algumas variações ao longo dos séculos, até chegar ao clássico da Disney, de 1937, que se tornou referência para a maioria de nós. Mas nada tão radical quanto uma versão de sua colega Bela Adormecida, por exemplo, na qual a princesa é abusada pelo príncipe e abandonada grávida. Muito menos como Chapeuzinho Vermelho, que talvez seja o conto que revela com maior clareza a mudança de sensibilidade através dos tempos.

Em uma das versões mais antigas, o lobo oferece à menina a carne da avó fatiada numa bandeja como iguaria e o sangue da avó como vinho. Depois de banquetear-se, Chapeuzinho é convidada a tirar a roupa. A cada peça que a menina arranca em seu strip-tease, o Lobo grita, todo animado: "Atire-a no fogo!". Em seguida, a Chapeuzinho sem chapéu nem calcinha deita-se nua na cama com o Lobo peludo. E é "devorada". Nem Lars Von Trier faria melhor. Os camponeses medievais terminavam a história ali. O final feliz veio muito, muito depois. No caso de *Branca de Neve e o Caçador*, os realizadores do filme usaram os mais avançados recursos da tecnologia para construir imagens belíssimas na tentativa de recuperar algo da atmosfera sombria. Mas não se arriscaram a chegar sequer perto da violência de sentidos dos tataravôs dos contos modernos, talvez porque o projeto tenha sido pensado como uma franquia. O filme não perdeu, porém, a oportunidade de atualizar as questões que fizeram a história sobreviver por tantos séculos e alimentar o imaginário de tantos filhos de épocas diversas. E essa é a sua força. Que questões são essas? A relação entre mãe e filha, com a violência simbólica transposta em atos concretos, já que a mãe-madrasta passa toda a história tentando matar a filha-enteada que vai suplantá-la em juventude e beleza. O olhar de desejo do pai-caçador, que a faz descobrir-se mulher na floresta "negra", para onde foge da mãe. Os vários desafios que enfrenta qualquer menina, seja a Branca de Neve ou uma adolescente de hoje, para se tornar mulher. E que passam, necessariamente, por se diferenciar da mãe. Quem quiser pensar mais sobre isso – e vale muito a pena pensar mais sobre isso – pode procurar o excelente ***Fadas no divã*** (Artmed, 2006), dos psicanalistas Diana e Mario Corso – um livro fundamental para todos, um pouco mais para mães e pais.

Em *Branca de Neve e o Caçador*, os desafios enfrentados pela princesa para virar mulher (e continuar viva) ganham soluções um pouco diferentes das versões anteriores – e bem provocativas. Mas, só dessa vez, vou deixar Branca de Neve do outro lado do espelho e me concentrar no reflexo da rainha má. Charlize Theron é uma mãe-bruxa obcecada pela juventude e pela beleza. Para ela, nenhum ato é horrendo demais se, ao final, ela ganhar uns anos a mais com pele de pêssego. Assinalada por várias vidas de horror – já que a bruxaria e o coração das mais jovens garantiu-lhe uma existência prolongada –, ela não admite ter nenhuma marca do vivido. Toda a violência sofrida e praticada, as mágoas, as decepções e as traições estão dentro dela. Mas no corpo, naquilo que se oferece ao olhar do outro, ela é uma mulher sem marcas.

No filme, a rainha má assim é por ter sofrido no passado o abuso de homens que, nas suas palavras, sugaram tudo dela e, quando ela começou a envelhecer e a perder a beleza, a trocaram por uma mais jovem. Roteiro prosaico de nossos dias, mas tanto na vida real como na ficção soa inconsistente. Uma desculpa meio esfarrapada para justificar tanta destruição – e autodestruição. Nestes momentos, em que evoca a suposta sina das mulheres e a suposta voracidade dos homens, a rainha nos constrange com sua superficialidade de almanaque. Mas não deixa de ser interessante observar que supostamente também seria para o desejo dos homens que as mulheres do nosso tempo se submetem ao inimaginável na tentativa de permanecerem jovens e belas. Será?

Um dos momentos mais interessantes do filme se dá no encontro de Branca de Neve com uma comunidade de mulheres que, para se manterem a salvo da sanha da rainha, fazem marcas no próprio rosto. Até as crianças têm a face assinalada por cicatrizes sem história. Numa concepção de beleza em que as marcas da vida estragam o rosto, essas mulheres só podiam sobreviver se arruinassem a beleza – e, com ela, o interesse da rainha. É, portanto, no olhar da rainha que está o desprezo pelo corpo assinalado pela passagem do tempo – e não (apenas) no olhar dos homens. É só ao incorporar a recusa em envelhecer que a rainha se torna de fato um objeto. Alguma semelhança com nossa época? Me parece que toda. O terror só é terror se houver estranhamento. Estranha-se aquilo que, no fundo, é familiar. O terror é o conhecido que fingimos desconhecido, é nosso estranho íntimo. Se fosse totalmente estranho, não captaria nossa atenção. É preciso ser um estranho que ecoa no que estranhamos em nós. Ou um estranho que reconhecemos em nós, mesmo sem jamais admitirmos conscientemente. Para isso serviram desde sempre os contos de fadas, ao nos dar a possibilidade de lidar com nossos fantasmas e medos através dos personagens, nossos outros arquetípicos. Nesse sentido, a rainha má é um conto de fadas para mulheres adultas.

É fácil escandalizar-se com a louca obcecada pela juventude que persegue as mais jovens, prontas a desbancá-la em beleza, como uma serial killer gótica. Mas é menos fácil escandalizar-se com o número cada vez maior de mulheres sem nenhum problema de saúde ou deformação que se submetem a uma cirurgia na tentativa, ao final sempre ilusória, de eliminar as marcas da passagem do tempo. Para nós tornou-se corriqueiro, mas para alguém de outra cultura ou de outro tempo, soaria como um filme de terror ser apagada por uma anestesia e ser cortada por um bisturi. Sangue, gordura, fluidos. Tira um naco de um lugar para botar em outro, implanta um corpo estranho em formato de bola no peito, estica a pele do rosto com fio de ouro. Arrisca-se a morrer, apenas para submeter-se ao padrão estético do momento ou apagar rugas que voltarão mais cedo do que tarde. Conforme o lugar de onde se olha para essas cenas, hoje banalizadas, é um filme dos mais aterrorizantes. A diferença, com a rainha má, é que ela deu um jeito de que as outras paguem o preço de sua incapacidade de suportar o envelhecer. Mas só até certo ponto. Porque nem mesmo a sua mágica é suficiente para eliminar as marcas dentro dela, não há feitiço capaz de apagar o vivido. E, povoada por memórias que sangram sem a

chance de virar cicatrizes, ela naufraga em desgosto, a tal ponto que se torna difícil compreender por que, afinal, ela quer tanto ser jovem e ser bela, se continua tão desgraçadamente infeliz com sua existência.

Como o belo corpo e o belo rosto da rainha má, parece-me que os corpos e os rostos flagelados de hoje são mais para serem olhados do que tocados. Cortados, manipulados e emendados pelo bisturi do cirurgião, em geral um homem, este corpo não é feito para se fundir com nenhum outro. É mais um objeto que se oferece como imagem, apenas. Porque o toque sempre deixará uma marca. O toque é sempre um risco. E, como para a rainha má, para muitas mulheres é melhor não se arriscar a ser alcançada por um outro que verá além do que é dado para ver, verá também as marcas que não podem ser apagadas. E fará outras marcas, que também não poderão ser eliminadas. Viver, afinal, é ser marcado e marcar.

O corpo e o rosto da rainha má não são para ninguém – nem para si mesma, como ela parece se iludir. O espelho mágico, aquele que olha e olha para além do que está na sua frente, é um dos grandes achados dessa versão. Ao ser invocado, ele desprega-se da parede e materializa-se como uma entidade masculina. Em vez de refletir a imagem externa da rainha, porém, ou lhe mostrar o mundo além do castelo, o espelho dá voz à sua imagem interior, ao avesso da rainha, ao lado de dentro. Vocaliza seus medos mais profundos e, de certo modo, a autoriza a praticar seus crimes, mas é apenas um eco.

É um diálogo consigo mesma – e não com um outro o que acontece nesse momento. A rainha má, desesperada por beleza e juventude, movida por um desejo que ela diz ser do mundo masculino e não dela, não é refletida nem mesmo pelo espelho. E, sem o olhar de um outro que nos reconheça, não há como se saber. É assim que ela se perde, porque não há quem a encontre. É no medo de se perder no outro que a rainha se perde de fato. E, ao tentar matar Branca de Neve, na cena clássica da maçã envenenada, a mãe-madrasta vai desferindo conselhos à filha-enteada. "Você sempre se perde quando se deixa levar pelo amor". E então, totalmente perdida, grita como uma louca que não se escuta: "Você tem sorte de morrer antes de envelhecer". E fracassa. É claro que fracassa. Nós todos conhecemos o final.

ELIANE BRUM é jornalista, escritora e documentarista. Ganhou mais de 40 prêmios nacionais e internacionais de reportagem. É autora de um romance - *Uma Duas* (LeYa) - e de três livros de reportagem: *Coluna Prestes – O Avesso da Lenda* (Artes e Ofícios), *A Vida Que Ninguém Vê* (Arquipélago Editorial, Prêmio Jabuti 2007) e *O Olho da Rua* (Globo). E codiretora de dois documentários: *Uma História Severina* e *Gretchen Filme Estrada.* **Revista ÉPOCA, Maio de 2013.**

Volta às aulas (RUY BRAGA)

A questão da segurança no campus da USP merece ser melhor equacionada por seus dirigentes, assim como a comunidade universitária não pode permitir que dezenas de seus membros sejam criminalizados pelo Ministério Público Estadual Paulista em razão de um simples protesto democrático

O ANO letivo começou alvoroçado no principal campus da Universidade de São Paulo (USP). A notícia de que o Ministério Público estadual havia denunciado ao poder judiciário 72 estudantes e funcionários da Universidade de São Paulo envolvidos na ocupação do prédio da reitoria em novembro de 2011 correu como um rastilho de pólvora e levou estudantes a assembleia e debates. Os denunciados foram acusados de, entre outros crimes, formação de quadrilha, posse de explosivos e danos ao meio ambiente.

Logo após a própria universidade, por meio de processos administrativos tendo por base o decreto n°52.906/1972, conhecido como regime disciplinar da USP, editado em conformidade com o Ato Institucional n°5, ter decidido suspender por até 15 dias aqueles estudantes e funcionários, o Ministério Público propôs à sociedade paulista o despautério de encarcerá- los por, no mínimo, oito anos! A denúncia em tela sequer contempla a individualização da conduta dos acusados, caracterizando os 72 acusados culpados por todos os crimes. Relembremos rapidamente alguns fatos: no dia 27 de outubro de 2011, no campus da principal universidade brasileira, responsável, sozinha, por aproximadamente 30% da pesquisa brasileira, três estudantes de Geografia foram presos por policiais militares que assediaram a maior faculdade da USP durante o dia todo. Em resposta, colegas dos cursos de letras, História, Geografia e Ciências Sociais decidiram ocupar a administração da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) a fim de chamar a atenção para a militarização da universidade.

Na assembleia estudantil ocorrida na terça-feira seguinte, a maioria decidiu desocupar o prédio administrativo e a minoria ocupou a reitoria. Na madrugada do dia 8 de novembro, este movimento foi duramente reprimido por uma milionária operação militar que envolveu mais de 400 policiais da tropa de choque da PM, apoiados por helicópteros e pela cavalaria militar. A indevida exageração das acusações presente na denúncia foi rematada por uma cândida apreciação desta ação. Para a promotora Eliana Passarelli: "No dia dos fatos, o Comando de Choque compareceu à Universidade de São Paulo, junto ao prédio da Reitoria, e solicitaram (sic) novamente aos denunciados que desocupassem o local de modo pacífico. Ante a recusa manifestada pelos envolvidos, os milicianos procederam a (sic) retirada de cada um dos ocupantes, sem utilização de força ou qualquer artefato químico." Uma simples consulta às imagens daquela desocupação disponíveis na Internet já seria suficiente para refutar esta versão. Claramente, a Polícia Militar não apenas empregou bombas de efeito moral como também intimidou de modo truculento os moradores do conjunto residencial da universidade. A representante do Ministério Público faria melhor figura se, ao invés de criminalizar o movimento estudantil, denunciasse o flagrante desperdício de dinheiro do contribuinte com a desatinada operação de desocupação.

A presença permanente da força militar em um campus universitário é objeto de controvérsias em todo o mundo. Não por outra razão, as universidades contam com efetivo desarmado de segurança, especializado em lidar com os problemas característicos de um meio ambiente institucional cujos valores como liberdade criativa, independência intelectual e raciocínio crítico são essenciais para o progresso humano.

Ademais, medidas realmente capazes de transformar o campus da USP em um lugar mais seguro, tais como a instalação do novo sistema de iluminação pública, por exemplo, nem ao menos começaram a ser implementadas. Na realidade, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) já cancelou por duas vezes o edital para licitação do sistema de iluminação por suspeita de direcionamento a uma empresa.

O governo de São Paulo notabilizou-se nas últimas duas décadas por aplicar sistematicamente uma política baseada na crescente criminalização dos movimentos sociais

A questão da segurança no campus da USP merece ser melhor equacionada por seus dirigentes, assim como a comunidade universitária não pode permitir que dezenas de seus membros sejam criminalizados pelo Ministério Público estadual em razão de um simples protesto democrático.

O governo estadual notabilizou-se nas últimas duas décadas por aplicar sistematicamente uma política baseada na crescente criminalização dos movimentos sociais. Essa política ampara-se tanto na ação violenta da Polícia Militar quanto no resguardo legal de um poder tão conservador quanto o judiciário do Estado de São Paulo. No entanto, vale lembrar que, a maioria da população já percebeu que esse tipo de política não se aos seus interesses. Ao contrário, em uma sociedade onde famílias trabalhadoras morando precariamente em bairros periféricos sentem-se ameaçadas pela simples visão de um policial, mobilizar-se por mais participação democrática não é crime, mas uma necessidade.

RUY BRAGA é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). **Revista SOCIOLOGIA, Maio de 2013.**

Felicidade e susto na Virada Cultural (EDUARDO SUPLICY)

COMO MUITOS paulistanos, tive dificuldade de escolher entre as atrações a que gostaria de assistir no último final de semana, gratuitamente, na Virada Cultural. Fiquei contente que, por sugestão minha e de outros, o prefeito Fernando Haddad e o secretário da Cultura, Juca Ferreira, convidaram para se apresentar os Racionais.

Eu estava lá na praça da Sé, em 2007, quando por volta das 4 horas surgiram conflitos por causa da forma com que a PM tentou conter a superlotação no apresentação do grupo. Mesmo com o apelo de Mano Brown, não houve como parar a ação violenta da polícia. O show precisou ser interrompido. Tendo assistido muitas vezes aos Racionais, eu tinha certeza de

que eles poderiam cantar outra vez na Virada Cultural, num ambiente tranquilo, como aconteceu na praça Júlio Prestes, na tarde do último domingo, diante de uma multidão que se apertava por inúmeros quarteirões. Mano Brown falou com a sua costumeira assertividade: "Eu vim ontem à noite na Virada e vi muita covardia. Todo mundo fala da polícia, do sistema, mas vi vários manos se desrespeitando, se roubando, se saqueando. O rap precisa de caráter, não de malandragem".

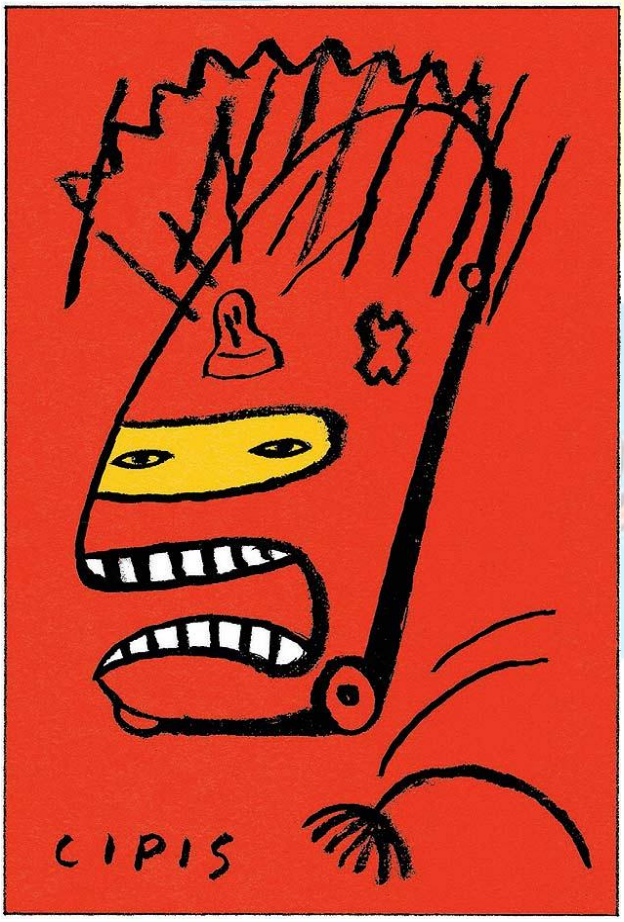
Eu tinha passado por um susto. No sábado, vindo de Ribeirão Preto, fui direto à praça Júlio Prestes para assistir aos shows de Daniela Mercury e Gal Costa. Fui em direção ao palco em que Daniela cantava. Foi difícil atravessar a multidão. A cada passo, eu era parado para tirar fotos, abraçado e beijado. Até recebi um pedido de casamento de uma bonita moça, mas eu disse que já estava comprometido. Por fim, consegui chegar à grade junto ao palco. Subi ao camarim, sendo recebida por Daniela, que foi supersimpática e agradeceu-me pelo pronunciamento que fiz, em abril, no qual enalteci a sua coragem e respeito pelos seres humanos. Ao dar-lhe um abraço, entretanto, notei que a minha carteira e o meu celular já não estavam comigo, que alguém os havia furtado. Ela então me levou ao palco de onde acabara de se despedir do público, superaplaudida, e fez um apelo para que devolvessem os documentos. Reforcei o pedido. Instantes depois, um rapaz os trouxe. Fiquei ainda para assistir ao formidável show de Gal Costa.

No domingo à tarde, lá voltei para assistir aos Racionais. Estava ainda mais cheio. Muita tranquilidade, o povo cantando o rap. Ali estavam Haddad e Juca Ferreira, também para cumprimentar Mano Brown, Ice Blue, Edy Rock e KL Jay. O prefeito me disse que, se já tivesse implantado a renda básica de cidadania, muito provavelmente não teriam levado a carteira e o celular. Sim, tenho a convicção de que quando todos tiverem o direito a uma renda suficiente para suprir suas necessidades vitais será muito menor a incidência de delitos dessa natureza. Na segunda-feira, ao registrar a ocorrência, fui informado de que houve um grande número de pessoas vítimas de pequenos furtos.

Para a próxima Virada Cultural, será bom haver maior precaução, organização e entrosamento entre a Secretaria da Segurança e a prefeitura. Será importante que São Paulo tenha cada vez mais uma Virada tão especial pela qualidade artística como a deste final de semana. Em que pesem os episódios de violência, há um extraordinário mérito em se proporcionar a milhões de pessoas a possibilidade de assistir gratuitamente a mais de 900 espetáculos de tão boa qualidade.

EDUARDO MATARAZZO SUPLICY, 71, doutor em economia pela Universidade de Michigan, é senador pelo PT-SP e autor de "Renda de Cidadania - a Saída É pela Porta". **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Maio de 2013.**

Recomeço: direito a uma nova vida (RONALDO LARANJEIRA)



POR MUITO tempo, perdurou na sociedade o entendimento de que as drogas são um caminho sem volta. Apenas alguns poucos privilegiados, oriundos de famílias com altíssimo poder aquisitivo, podiam bancar tratamentos em clínicas particulares, no Brasil ou no exterior.

O crack, droga tão barata quanto avassaladora, invadiu as cidades brasileiras e causou um sem-número de dependentes, muitos de famílias humildes com pouco ou nenhum respaldo do poder público. Instalou-se uma nova epidemia, que além de mortes gera desespero e angústia. Muitos dependentes, abandonados pelas famílias, vagam pelas ruas, moribundos, e caminham para um provável desfecho trágico. Mas vários deles querem se livrar dessa nefasta dependência.

O governo do Estado de São Paulo entende que essas pessoas têm o direito de recomeçar uma nova vida, e que isso passa necessariamente pelo adequado acolhimento, pelo tratamento psiquiátrico, que poderá auxiliá-los a abandonar o uso da droga, e por um período de recuperação essencial para a reinserção familiar, social e econômica. O programa Recomeço, lançado pelo governador Geraldo Alckmin, sintetiza essa disposição. Simboliza uma esperança ao usuário e à sua família, ao incentivar a procura espontânea por assistência especializada. E institui mecanismos para garantir o tratamento mesmo dos mais resistentes, nos casos considerados mais graves, dentro do já estabelecido em lei.

O projeto implantado na capital paulista, com o plantão judiciário e a unidade social do Cratod (Centro de Referência em Álcool, Tabaco e outras Drogas), ganhou recentemente o imprescindível apoio da Prefeitura de São Paulo, por meio da disponibilização de resgate especializado do Samu aos dependentes e da descentralização do atendimento por intermédio de 24 Caps

Ad (Centros de Atenção Psicossocial "" Álcool e Drogas). Agora, o governo paulista acaba de lançar para cidades do interior e litoral o Cartão Recomeço. Trata-se de uma iniciativa fundamental, que irá assegurar a oportunidade de efetiva recuperação dos dependentes por meio de financiamento de uma etapa crucial do tratamento.

Após a fase de estabilização, os pacientes serão supervisionados em comunidades terapêuticas credenciadas pelo governo ou em moradias assistidas (casas de recuperação em área urbana). No fundo, esse modelo social de recuperação complementa o modelo médico de tratamento. Após a abstinência, vem a reconstrução, que precisa ser feita num ambiente estável e que fortaleça princípios de valorização da vida. O crédito para o tratamento será de R$ 1.350 mensais, a ser depositado diretamente ao serviço contratado. O valor não será entregue ao dependente ou a seu familiar.

Por isso mesmo, a expressão "bolsa crack", utilizada por alguns, é, além de abominável, um desserviço à população e um desrespeito aos próprios dependentes e familiares. As comunidades terapêuticas prestam inestimável serviço à recuperação de dependentes químicos. São extremamente úteis nos casos em que o paciente não tem indicação de internação, mas precisa de apoio para o restabelecimento de seu vínculo familiar e social. Do mesmo modo, auxiliam a recuperação de pacientes que já passaram por internação hospitalar para estabilizar seus quadros agudos de dependência. E é preciso deixar claro que as comunidades terapêuticas não são novidade na saúde mental. Pelo contrário: foram previstas na reforma psiquiátrica de 2001.

Com o novo cartão, São Paulo dá um passo decisivo no fortalecimento da rede de proteção aos dependentes de crack, proporcionando a todos eles, e não apenas aos poucos privilegiados por sua origem abastada, uma verdadeira chance de recomeçar.

RONALDO LARANJEIRA, 56, professor titular de psiquiatria da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), é coordenador do programa Recomeço. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Maio de 2013.**

Cultura do pronto-socorro (ADIB JATENE)

O doutor Jayme Murahovschi enviou e-mail tratando da "tirania da urgência". Por outro lado, o noticiário da mídia referente ao setor da saúde está concentrado em demora no atendimento da emergência.

As pessoas ficam horas aguardando para serem atendidas. Frequentemente são crianças, e seus pais acumulam a sensação de impotência e desproteção. Quando os pacientes são atendidos, acrescente-se, o são por profissionais com quem não tiveram contato antes e que quase certamente não verão mais. Isso é a negação da profissão médica, que se baseia no vínculo e na responsabilidade de quem atende para com quem é atendido. A advertência, que acompanha a receita e o pedido de exame, é a de que busque o seu médico, ou o seu serviço de saúde, para o acompanhamento.

O que ocorre é que esse paciente não tem acesso nem a médico nem a serviço de saúde, razão por que buscou o pronto-socorro, onde imagina ter a resolubilidade capaz de solucionar o seu problema. Nessa situação, o que se verifica é que a maioria dos pacientes não está com problema que o pronto-socorro possa resolver. Não são casos que exigem providências radicais. Antes, são sintomas que necessitam de acompanhamento por profissionais que já conhecem o paciente e que conseguem avaliar adequadamente o seu problema.

O plantonista tem a tendência natural, até para se proteger, de receitar medicamentos e solicitar exames de utilidade discutível, que ampliam gastos e geram novas preocupações, pela dificuldade de agendamento. Cabe perguntar por que tudo isso acontece. A resposta vem sendo colocada há muito tempo. Trata-se da falta de serviços básicos à disposição da população, mas também de serviços especializados e leitos, que não têm relação com o número de pessoas a serem atendidas. Em 1995, quando consolidamos o Programa de Saúde da Família, colocando um médico, uma enfermeira e uma auxiliar para tratar de cerca de 3.500 pessoas, simultaneamente pleiteamos aumento de recursos que não poderiam ser atendidos pelo Orçamento. Buscamos nova fonte na CPMF, prontamente esterilizada pela área econômica do governo.

Passados 18 anos, desde então, o que houve foi o agravamento da situação. Em 1999, demonstrei que, apenas na cidade de São Paulo, faltavam 12 mil leitos, ou 60 hospitais de 200 leitos, e necessitávamos de pouco mais de 4.000 equipes de saúde da família. Hoje, a deficiência de leitos na periferia continua. Apenas dois hospitais foram construídos, o da Cidade

Tiradentes e do M'Boi Mirim, e apenas 2.200 equipes foram implantadas, algumas incompletas. O que precisamos é de uma nova fonte de recursos, que seja seguramente vinculada para a saúde, capaz de suprir a necessidade sentida há décadas.

Várias propostas de melhoria de gestão, que devem sim ser feitas, não têm o condão de substituir a massa de recursos de que necessitamos e que, em um cálculo preliminar, significa dobrar o gasto que hoje contamos no setor público. Não se iluda o prefeito, que assume com as melhores intenções: não há milagre a ser feito, mas recursos, e não pequenos, a ser mobilizados. Caso contrário, a situação atual irá persistir e até se agravar.

ADIB D. JATENE, 83, cardiologista, é professor emérito da USP e diretor-geral do Hospital do Coração. Foi ministro da Saúde (governos Collor e FHC), secretário estadual da Saúde de SP (governo Maluf) e diretor do InCor (Instituto do Coração). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Maio de 2013.**

A Lei da Anistia deve ser revista? SIM

Por uma autêntica interpretação (LUIZA ERUNDINA)

ANTES DE TUDO, é preciso esclarecer não se tratar de revisão da lei nº 6.683/79, a Lei da Anistia. Mas, dar interpretação autêntica ao disposto no art. 1º, § 1º da referida lei, segundo a qual declaram-se conexos aos crimes políticos, objeto da anistia concedida pela lei, "os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política".

É no sentido de dar nova interpretação ao que dispõe o art. 1º § 1º da lei que apresentei o projeto de lei 573/2011, que define no art. 1º que "não se incluem entre os crimes conexos, definidos no art. 1º § 1º da lei nº 6.683/1979, os crimes cometidos por agentes públicos, militares ou civis, contra pessoas que, de modo efetivo ou suposto, praticaram crimes políticos". A aprovação desse projeto é condição para efetivo cumprimento à sentença condenatória do Estado brasileiro, proferida em 24/11/2010 pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Assim, é dever do Brasil cumprir integralmente a decisão. Ao julgar a ação proposta pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), que questionava se a lei nº 6.683/1979 de fato anistiou agentes do Estado que cometeram crimes de tortura, assassinatos e desaparecimentos durante o regime militar (1964-1985), o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu manter a interpretação atual da Lei da Anistia e impedir que os responsáveis por crimes contra opositores políticos sejam processados, julgados e punidos.

O relator do processo, o então ministro Eros Grau, deu parecer contrário à revisão da lei, argumentando que ela teria sido "amplamente negociada". Convém lembrar, no entanto, as condições em que tal acordo se deu. Os militares ainda tinham o controle do poder e a sociedade civil dava os primeiros passos na reconstrução da democracia no país. Por entender a imperiosa necessidade de reinterpretação da Lei da Anistia para que se conheça a verdade sobre os crimes da ditadura e os responsáveis por eles não fiquem impunes, apresentei o mencionado projeto de lei, que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, aguardando votação. No momento, ocorre intensa discussão da matéria pela sociedade, particularmente pelos setores mais diretamente interessados, os Comitês Memória, Verdade e Justiça, criados e funcionando na maioria dos Estados brasileiros, além das Comissões da Verdade das Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, que se manifestam favoravelmente à aprovação do projeto de lei.

Recentemente, alguns membros da Comissão Nacional da Verdade também se declararam favoráveis à reinterpretação da Lei da Anistia, para que os crimes cometidos por agentes do regime militar sejam punidos. Tal manifestação representa um avanço, considerando-se que a lei nº 7376/2010, que criou a comissão, limita seus objetivos ao resgate da memória e revelação da verdade histórica sobre as graves violações aos direitos humanos ocorridas no período da ditadura militar.

Assim, fica claro que esses limites e determinações legais precisam ser superados, com vistas a possibilitar a justiça de transição. Para tanto, se impõe a aprovação do projeto de lei 573/2011, que dá interpretação autêntica à Lei da Anistia.
A mesma instituição - Congresso Nacional - que aprovou a lei nº 6.683/1979, numa conjuntura e correlação de forças adversas, tem o poder e a prerrogativa de aprovar um outro diploma legal que atenda aos reais anseios da sociedade brasileira, ou seja, ver completado o processo de redemocratização e a plena consolidação da democracia no país.

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, 78, é deputada federal pelo PSB-SP. Foi prefeita de São Paulo (1989 a 1992). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Maio de 2013.**

A Lei da Anistia deve ser revista? NÃO

Com os olhos no futuro (JOÃO PAULO CAVALCANTI FILHO)

A QUESTÃO proposta pela **Folha** tem duas dimensões distintas. Uma primeira, que parece consensual (ou quase), é moral. A compreensão de que alguns delitos alcançados pela Lei da Anistia, como tortura ou morte de pessoas indefesas (sob guarda do Estado), estão abaixo dos limites da dignidade humana. O que importa dar relevo ao conhecimento da verdade. Para conhecer autores e cúmplices. Quem são os verdugos. Quem lhes deu ordens de torturar ou matar. Ou

fechou olhos, perante dor tamanha. Para que sejam julgados, em nossas consciências, a grandeza da vilania e o opróbrio do horror.

Outra, menos simples, é discutir a revisão da lei. Nesse campo jurídico, três argumentos são usualmente referidos nesse sentido. A ver. O de que, pela grandeza da desumanidade, esses crimes seriam imprescritíveis. Tese difícil de prosperar entre nós. Porque o Brasil não subscreveu a Convenção sobre Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes Contra a Humanidade (de 1968). Nem tratados internacionais podem criminalizar ato nenhum, posto só conferir direitos e garantias individuais - assim está em nossa Constituição (arts. 5º e 60). E porque essa Constituição refere como imprescritíveis apenas racismo e crimes contra a ordem constitucional e o Estado democrático.

Do que se têm que isso teria que se dar com alteração legal. E sem recorrer à retroatividade - o que, na essência, importaria revogar (art. 28) a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (de 1969). E cláusula pétrea da Constituição (art. 5º), segundo a qual "a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu". No cumprimento do princípio da legalidade, base de qualquer modelo jurídico democrático - presente na Declaração Universal dos Direitos do Homem (art. XI) e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (art. 9º). O de que algumas ações de repressão não poderiam ser consideradas crimes conexos. O que nos leva a definir se os agentes da repressão atuavam por razões políticas ou pessoais. Considerando-se como pessoais a maldade humana em quaisquer de suas desalentadoras variações. Devendo por oposição, e mais propriamente, ser consideradas como razões políticas tudo o mais - embora, é verdade, alguns torturadores tenham se fartado, alegremente, no exercício de suas taras.

O terceiro argumento é o de que devemos aplicar as sentenças dos tribunais internacionais - mais especificamente, os da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Mesmo tendo nossa adesão à corte (em 2001) se dado só "para fatos posteriores a 10 de dezembro de 1998". Apesar dessa precondição, tem sido referida a sentença do caso Gomes Lund x Brasil (e mesmo um antecedente similar, o caso Almonacid Arellano x Chile). Reconhecendo a corte não poder atuar em algumas situações (como a de Maria Lúcia Petit da Silva), mas admitindo atuar em outras - por considerar que um evento só se conclui até que se localize "o paradeiro da pessoa desaparecida" ou o inteiro esclarecimento dos fatos. Teses muito discutíveis. Em posição contrária, e dando fundamento a não considerar que seja possível sua revisão, está o fato de que essa Lei da Anistia, no início ordinária (6683/79), foi elevada a regra constitucional pela EC 26/85. Sendo impróprio, à toda evidência, considerar que tivemos uma "auto-anistia". Porque dita emenda se deu em 1985. Com um presidente civil e num ambiente democrático.

No mais, o Supremo já reconheceu o "caráter bilateral da anistia, ampla e geral" (em 2010). Decorrente da especial natureza do processo de transição brasileira, substancialmente diverso do que se deu em países vizinhos. Uma transição negociada, na direção de uma democracia estável. Com olhos no futuro, pois. Assim seja. Mas sem esquecer o passado, em nossos corações. A verdade. Para que os anos de chumbo que vivemos não voltem a acontecer. Nunca mais.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO, 65, advogado, é membro da Comissão Nacional da Verdade. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Maio de 2013.**

Reforma aquária já! (MARCELO CRIVELLA)

NÃO NOS anima nenhum sentimento de xenofobia, mas é inaceitável que, com a imensidão de águas do nosso território, sejamos um crescente importador de pescado. Só no ano passado, foi mais de US$ 1 bilhão, ainda que o consumo per capita nacional seja metade da média mundial.

É que a produção no Brasil não deixa de estar em crise. Não a crise da estagnação que tem levado muitos povos ao desalento, mas a crise fecunda e redentora que, de um lado, nos desafia com o imenso potencial da nação e, do outro, nos intimida com o cipoal de normas e a deficiência na infraestrutura. Um paradoxo da nossa conjuntura, a exigir de nós planejar com lucidez, decidir com inteligência e realizar com bravura. E sem, obviamente, demoras desnecessárias.

A consciência crítica e o inconformismo com o atraso e a miséria, marcas do governo da presidenta Dilma, garantem ao povo brasileiro o direito de ser otimista. O que queremos ser e seremos é um país cuja indústria pesqueira alcance o mesmo desenvolvimento que a avícola ou a bovina. O processo começou: o Plano Safra da Pesca e Aquicultura e a desoneração tributária, ao se incluir o pescado na cesta básica, foram os primeiros passos. Agora, a presidenta determinou que o Ministério da Pesca e Aquicultura e o Ministério do Meio Ambiente apresentem proposta para simplificação de licenciamento ambiental para a aquicultura nas águas da União.

A ideia é o desenvolvimento da aquicultura de zero impacto ambiental. Consiste, basicamente, na dispensa do licenciamento ambiental nos parques e áreas aquícolas em águas da União, em até meio por cento do reservatório, barragem, açude etc., a ser instalada de maneira gradual e com monitoramento ambiental. Ao primeiro sinal de comprometimento dos parâmetros do uso múltiplo da água, interrompe-se a instalação. Meio por cento é um índice extremamente conservador, mas, diante do volume de águas que possuímos em domínio da União, no mar e territorial, seria suficiente para produzir algo em torno de 20 milhões de toneladas de pescado anualmente e de maneira sustentável. Repito, meio por cento.

Estamos determinados e confiantes de que, com trabalho e pesquisa, iremos nos redimir das amarras que ancoram o nosso progresso e promover o desenvolvimento sustentável da indústria pesqueira. Com o plano, a Embrapa Pesca e

Aquicultura ganha nova força para desenvolver pacotes tecnológicos. O seu presidente lembra que, em um hectare de terra, o melhor pecuarista brasileiro consegue produzir uma tonelada de carne bovina por ano, enquanto, no mesmo tempo, em um hectare de água, pode-se produzir 200 toneladas de peixe.

Assim, o governo oferece alternativa produtiva melhor para os vultosos investimentos economicamente estéreis na especulação financeira. Nossos empresários são chamados a investir na produção de pescado para fazer do Brasil um dos maiores produtores do mundo. São chamados para suas empresas crescerem com um trabalho rentável e fascinante, mas também sublime, por ajudar no combate à fome.

Mas o mais importante é que centenas de milhares de famílias de pescadores e ribeirinhos poderão obter um lote aquícola e acrescentar ao patrimônio da nossa geração uma riqueza em proteína animal cujo potencial o BNDES comparou a um novo pré-sal.

MARCELO CRIVELLA, 55, é engenheiro civil, senador licenciado pelo Rio de Janeiro e ministro de Estado da Pesca e Aquicultura.
Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Maio de 2013.

Eles sabem o que você quer ver (JOÃO MELLO)

Algoritmos já conseguem descobrir com antecedência quais filmes e músicas vão te agradar; seu gosto, dizem cientistas, pode ser previsto

Greg Harty liga o computador de seu quarto, em Los Angeles, e divide o monitor em dois: à esquerda, um filme; à direita, uma planilha de Excel. Tiros, tortura e sequestros acompanham o preenchimento da tabela. No item "cena de perseguição", ele dá nota dois (o máximo é três). "Proposta central" recebe uma marca em "entretenimento com fundo levemente edificante" e "protagonista", em "moralmente digno, com pequenas ressalvas". O filme se chama Ato de Coragem e Harty tenta ser o mais objetivo possível. "Não devo dizer se a piada é engraçada. Devo dizer que ela existiu", explica, afundado em sua cadeira, ao lado de uma estante apinhada de DVDs e livros de cinema. Começa aqui uma complexa trama de algoritmos que vai adivinhar o que você quer assistir.

Ex-produtor da série de TV House, Harty é um dos 40 cinéfilos pagos pelo Netflix para ficar em casa assistindo a filmes. Especialistas como ele quebram e classificam os títulos em mais de 100 pedaços, usados depois para calcular as recomendações de obras com mais chances de o usuário gostar. Ter sugestões afiadas explica em boa parte como o Netflix se tornou o maior serviço de distribuição de conteúdo de cinema e TV online. Nos horários de pico, chega a ser responsável por 33% do tráfego de dados via internet nos Estados Unidos (o segundo colocado é um tal de YouTube, com 14,8%). Ao todo, três em cada quatro vídeos assistidos pelo Netflix só foram acessados porque um software jogou na tela do assinante um filme que, muito provavelmente, ele ia gostar. Isso importa tanto para a empresa que, em 2006, ela ofereceu US$ 1 milhão a quem melhorasse em 10% o algoritmo. Mas como prever algo tão pessoal quanto o gosto de cada um?

O sistema envolve muitas variáveis, mas a mais importante delas é saber o que pessoas que viram os mesmos filmes que você foram assistir na sequência (sim, aceite, seu gosto tende a seguir um padrão). Depois vêm as tags (aquelas coletadas por Greg Harty): as características mais recorrentes nos filmes que você tem visto ajudam a prever o que você gostará de assistir. Há um detalhe importante: o que você viu ano passado importa, mas o filme de ontem à noite entra com mais peso na previsão — faz sentido se pararmos pra pensar como um mau humor repentino ou um pé na bunda alteram nossa inclinação pra escolher um tipo de filme ou outro. A quantidade de tempo assistida de cada material também fica

registrada. O algoritmo não vai entender que você amou um filme se você desistir de vê-lo após 10 minutos. Tudo isso entra num complicado algoritmo de cálculo de probabilidades, de onde saem as sugestões.

Um sistema semelhante é também a parte mais importante do Pandora, espécie de rádio online criada para tocar apenas músicas que você gosta (não disponível no Brasil). Por trás dessa pretensão, está o Music Genome Project, um gigantesco banco de dados que separa as obras por "genes". Cada canção recebe mais de 450 deles, com nomes como "dançabilidade", "intensidade emocional do vocal principal", "nasalidade da voz do cantor" e "ornamentação melódica". É claro que uma avaliação dessas não é para qualquer um; quem faz o serviço é um time de musicólogos contratados para ouvir e classificar as melodias. Depois do mapeamento, os usuários dão joinhas pra cima ou pra baixo ao ouvir a música e vão calibrando as indicações. "Mais de 20 bilhões de 'likes' foram dados. E ninguém, nem nós, nem os usuários, sabe dizer ao certo por que gostaram ou não daquela música", diz Eric Bieschke, diretor de tecnologia de playlist do Pandora. Com os likes, o sistema vai encontrando os "genes" que você mais gosta e faz sugestões calculadas. Quanto mais você usa, mais ele acerta.

PAGO PARA FICAR EM CASA VENDO TV: O cinéfilo Greg Harty já quebrou em pedaços as informações de mais de mil obras que alimentam o algoritmo do Netflix

CIÊNCIA DO GOSTO

Áreas diversas como sociologia, psicologia, neurociência, economia e até biologia estudam o que faz ser possível reunir esse punhado de dados para prever nossas preferências. As pesquisas mostram que nosso livre-arbítrio é menos responsável pelas nossas escolhas do que imaginamos. Por isso, os cientistas tentam hoje entender como outros fatores influenciam nossas escolhas para que seja possível prever melhor o que escolheremos. Três desses fatores foram listados nos estudos dos biólogos Luigi Cavalli-Sforza e Martin Feldman, da Universidade de Stanford. De acordo com eles, autoridades (professores, padres) e preferências já consolidadas pelas gerações mais antigas têm um grande papel em como moldamos nosso gosto. O economista Alberto Bisin, da Universidade de Nova York, chegou a criar um modelo matemático para prever como a preferência dos pais influencia o gosto dos filhos. "A pressão dos pares induz ao conformismo, te leva a fazer o que todos do grupo estão fazendo", diz Bisin.

Aí também entra um terceiro fator apontado pelos biólogos: a "influência horizontal", dos amigos da mesma idade e com os mesmos interesses. Não à toa, a aba "10 mais populares no Netflix" é a segunda mais acessada do serviço, só perdendo para o "top 10 pessoal": filmes que você não viu, mas que, graças ao sistema de previsão deles, provavelmente

vai gostar. A influência dos pares pode ser tão grande que, num estudo publicado em 2010, o Ph.D. em psiquiatria Gregory Berns mostrou que o simples fato de exibir uma lista de "músicas mais baixadas", antes de pedir a um grupo de adolescentes que avaliem uma série de canções, influenciava o quanto eles diziam gostar ou não delas.

Todd Yellin, o homem por trás do sistema de recomendação do Netflix, diz trabalhar em cima do papel dessa e de outras influências para que um dia o usuário (ou usuários, em breve o serviço deve contar com perfis múltiplos) de sua plataforma veja a recomendação de apenas um filme. Aquele filme. Ele admite que isso é uma utopia: "Somos criaturas complexas, nossos neurônios estão produzindo contradições o tempo todo". Mas sabemos cada vez mais sobre essas contradições. "Gosto se discute sim — e se explica. Grande parte da música e do cinema comerciais buscam atingir médias de gosto, soluções que voltam a se repetir com pequenas variações", diz Ronaldo Bispo dos Santos, especialista em experiência estética da Universidade Federal de Alagoas. No entanto, o que serviços como Pandora ou Netflix fazem já não é mais buscar a média do gosto de todos, objetivo das companhias de mídia em massa tradicionais. Eles querem, cada vez mais, uma média calculada para você, levando em consideração suas preferências anteriores e as daqueles que te influenciam.

OS EXTRAS DA FICHA TÉCNICA

Veja alguns dos mais de 100 campos usados para classificar o filme Matrix no Netflix e abastecer o algoritmo de adivinhação

MATRIX (1999)

ENREDO: Conspiração, luta contra o sistema, hackers

GRAU DE EXIGÊNCIA INTELECTUAL: Basicamente escapista

NUANCES: Surreal, mundo paralelo, emocionante, capcioso, criativo, violento, obscuro, atordoante

PROTAGONISMO FEMININO: Mulheres têm alguma complexidade, mas servem claramente como apoio

REVIRAVOLTAS SURPREENDENTES: Constantes

DIFICULDADE DE ACOMPANHAR: Desafiador, exige atenção e raciocínio

NÍVEL DE COMOÇÃO: Não é emocionalmente comovente

ESCAPISMO CÔMICO: Basicamente sem humor

PERSEGUIÇÕES: Constantes

CONTEÚDO ROMÂNTICO: Periférico

CORRIDA CONTRA O TEMPO: Algumas cenas-chave

ARMAS: Múltiplas e prolongadas cenas com armas

SITUAÇÕES PERIGOSAS: Prolongadas e constantes

FINAL: Deixa uma pulga atrás da orelha de quem está assistindo

---

JOÃO MELLO é Jornalista e escreve para esta publicação. O jornalista viajou a Los Angeles a convite do Netflix. **Revista GALILEU, Maio de 2013.**